

Ao Excelentíssimo Senhor
Governador João Doria
Governo do Estado de São Paulo
Palácio dos Bandeirantes
São Paulo - SP

São Paulo, 27 de novembro de 2020.

Excelentíssimo Senhor Governador João Doria,

A **Sociedade Rural Brasileira – SRB**, organização que atua há mais de um século em prol do desenvolvimento do agronegócio brasileiro, em nome de seus associados, vem expor à V. Ex.a. uma situação de grande preocupação para o setor agropecuário paulista.

A sinergia do agronegócio com este Governo de São Paulo é um mecanismo fundamental para o desenvolvimento sustentável, que reflete, sem sombra de dúvida, no crescimento econômico de todo o Estado. Para fazer menção somente ao atual período, o setor manteve sua conduta firme no enfrentamento aos desafios diários impostos pela covid-19, garantindo o abastecimento da população, a manutenção de empregos e a arrecadação fiscal.

Reconhecendo todo esforço de seu governo na agenda ambiental, este Governo regulamentou o Programa de Regularização Ambiental - PRA, disponibilizando importantes ferramentas para a adequação dos imóveis rurais paulistas ao Novo Código Florestal, oferecendo aos agricultores segurança jurídica, eficácia e efetividade, fatores necessários ao sucesso de políticas públicas como o Programa Agro Legal.

Entretanto, **os produtores rurais estão extremamente preocupados com a publicação e os desdobramentos do Decreto n. 65.254, de 2020, que trouxe o aumento na importância de 4,14% na alíquota de ICMS sobre insumos agropecuários.** Esta medida trará consequências aos produtores rurais paulistas e para o mercado consumidor, com destaque para os pontos abaixo:

- i. Aumento expressivo dos custos de produção, uma vez que os insumos agrícolas representam 50% do custo de produção para determinadas culturas, além do fato de que alguns setores serão duplamente afetados, tendo elevação de custos e maior tributação de seu produto final, como é o caso do etanol, setor que vem sofrendo há

anos, e que diferentemente de outros setores agrícolas, não teve lucro devido à apreciação do dólar, pois este aumento não foi suficiente para compensar a queda no consumo de combustíveis, fato decorrente dos impactos da pandemia por covid-19;

- ii. A prática de antecipação da compra de defensivos agrícolas e fertilizantes na tentativa de proteger seus custos, fará com que produtores formem estoques nas fazendas, aumentando o risco de violência rural;
- iii. Os produtores rurais do estado de São Paulo enfrentam uma das piores crises hídricas da história, que com a confirmação do evento climático “La Niña”, a possibilidade de uma frustração de safra é enorme. Para certos setores, as perdas na produção já são tidas como certa, uma vez que as culturas perenes e semi perenes já tiveram seu desenvolvimento comprometido pela seca dos últimos meses e as culturas anuais sofrem com o atraso e baixa qualidade do plantio;
- iv. Apesar de alguns produtos agrícolas atingirem patamares históricos de preços em reais, é sabido que isto ocorreu principalmente pela depreciação da moeda brasileira e não pela apreciação do preço internacional dos produtos agrícolas, por tanto, o resultado financeiro da operação pouco mudou, apesar da artificial sensação de euforia, uma vez que os custos acompanharam a desvalorização do real frente às principais moedas estrangeiras.
- v. Ademais, nota-se que o aumento nos custos de produção agrícola afeta diretamente o preço da cesta básica do consumidor paulista, que está acumulando altas históricas.

Analisando todo o impacto social e econômico no campo e na cidade, com consequências irreversíveis para o setor agropecuário paulista, **solicitamos uma revisão da medida**, afim de que o produtor rural tenha condição de investir em sua lavoura e garantir a produção agrícola que tanto gera empregos, divisas e alimentação de qualidade e baixo custo.

Atenciosamente e à inteira disposição.



Teresa Vendramini
Presidente